



Faculdade Cesusc

PLANO DE ENSINO**I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

Disciplina	CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO		
Professor(a)	DENISE MARIA NUNES		
Código	1	Pré-requisito	
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	80

II– EMENTA

Ciência Política: poder, governo, Estado e Sociedade. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna. Teoria do Estado: Estado Moderno, Estado Contemporâneo. Elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo.

III – OBJETIVOS

Geral	Abordar através de uma ótica histórica, interpretativa e filosófica as raízes do pensamento político ressaltando os elementos: Política, Ética, Estado, Sociedade, Governo e Direito.
Específicos	<p>Prospectar cenários favoráveis para a aplicação da Ciência Política e do Direito como campos estruturantes de uma renovada Teoria do Estado;</p> <p>Estimular a postura crítica e reflexiva, principalmente por meio de leituras prévias, produção de ensaios e debates em sala de aula;</p> <p>Estimular a capacidade de debate e argumentação dos acadêmicos, em como a capacidade de interpretar textos clássicos sobre Ciência Política.</p>

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Proporcionar aos alunos conhecimentos fundamentais nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo aqueles que circunscrevem o núcleo central das disciplinas de Ciência Política e Teoria do estado, sendo capazes de indicar a bibliografia fundante do pensamento político moderno.

A capacidade argumentativa será avaliada tanto escrita quanto oralmente, devendo o acadêmico estar capacitado a responder articulada e coerentemente os questionamentos propostos.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	Teoria do Direito. História do Direito. Direito Constitucional. Introdução a Economia. Antropologia Jurídica. Sociologia do Direito. Filosofia do Direito. Direito e Relações Internacionais. Direitos Humanos.
Relação horizontal	Teoria do Direito. História do Direito. Filosofia do Direito

VI– CONTEUDO

MÓDULO I – OS FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Parte I

Apresentação da disciplina;
As fontes do Conhecimento Político
Introdução ao Pensamento Antigo

Parte II

O Estado e as Formas de Governo

Os Gregos
As Propostas de Platão e de Aristóteles

Os Romanos
A República Romana e a Forma de Governo Mista

O Pensamento Político Medieval: o Estado e a Igreja
Maquiavel e a Teoria Política

Parte III

Os Teóricos do Estado Moderno
Indivíduo, Estado de natureza, Propriedade, Pacto Social e Poder Soberano

Thomas Hobbes – “Leviatã”
Jean Jacques Rousseau – “Do Contrato Social”
John Locke – “Segundo tratado sobre o Governo”
Montesquieu – “Do Espírito das Leis”

MÓDULO II - O ESTADO E A POLÍTICA: DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI**Parte I**

Estado e Sociedade: tempos de mudanças

Karl Marx – “Contribuição à Crítica da Economia Política”
Max Weber – “Economia e Sociedade”

Estado e Sociedade: Liberdade, Igualdade, Política, Poder, Soberania

Norberto Bobbio – “Estado, Governo e Sociedade”
Hannah Arendt – “O que é Política”
Michel Foucault – “Microfísica do Poder”

Parte II

Sistemas de Governo: Parlamentarismo e Presidencialismo
Blocos Políticos e Econômicos
Globalização

VII- CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
• MÓDULO I – OS FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	• Módulo I - 27/07 à 14/09	• Aulas expositivas e exercícios em sala de aula	• N1 - Prova

----- Módulo II - O ESTADO E A POLÍTICA: DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI - Parte I	----- Módulo II - Parte I - 21/09 à 26/10	----- Aulas expositivas e exercícios em sala de aula	----- N2 - Prova
----- Módulo II - O ESTADO E A POLÍTICA: DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI - Parte II	----- Módulo II - Parte II - 02/11 à 30/11	----- Aulas expositivas e exercícios em sala de aula	----- N3 - Seminários

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: Avaliações N1 e N2 - prova com questões objetivas e discursivas Avaliação N3 - Será composta pela média aritmética de 3 notas, que são a nota da apresentação (em grupo) de seminário + trabalho escrito pelo grupo referente ao seminário + a nota dos relatórios individuais referentes a cada seminário apresentado.
Data de Realização da N1	15/09/2015
Data de Realização da N2	27/10/2015
Data de Realização da N3	entre 03/11/2015 e 30 /11/2015
Crítérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade Cesusc e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Art. 88 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	08/12
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	14/12

IX– BIBLIOGRAFIA

Básica • CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2001-2008.

-
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000-2009.
-
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000-2002.
-

Complementar

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000-2010.
-
- HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos em favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
-
- DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Évelyne; CHATELET, François. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 399 p.
-
- MACHIAVELLI, Niccolò. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1973-2010. 174 p. (L&PM Pocket; v. 110).
-
- WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1996-2003. 124 p.

Docente(s): DENISE MARIA NUNES

FACULDADE CESUSC

Alteração de nomenclatura pela Portaria MEC nº 95, de 30 janeiro de 2015 (DOU 02.02.2015)

Recredenciada pela Portaria MEC nº 736, de 9 de agosto de 2013 (DOU 12.08.2013)

Rodovia José Carlos Daux (SC401), 9310, Km 10 – Santo Antônio de Lisboa – Florianópolis/SC

CEP.: 88050-001 – Fone/Fax: (48) 3239-2600 – www.cesusc.edu.br



			
PLANO DE ENSINO			
I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA			
Nome	ANTROPOLOGIA JURÍDICA		
Professor(a)	ALEXANDRE VIEIRA		
Código	1108	Pré-requisito	
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	40

II– EMENTA

Introdução à Antropologia: conceito, objeto, desenvolvimento, correntes, métodos, qualidade científica dos estudos antropológicos. Antropologia e Direito: relações, utilidade teórica da antropologia para o Direito, função social do Direito. A aparência do Direito: o princípio de retributividade e dependência, contrato, controle social, sanção organizada, o processo judicial. Relações étnico-raciais. Cultura indígena e afro- brasileira. Contato cultural: confronto de direitos, práticas coloniais, utilização do conhecimento antropológico. Etnocentrismo, eurocentrismo e multiculturalismo. Interculturalidade e direitos humanos.

III – OBJETIVOS

Geral	Abordar intersecções entre antropologia e direito a partir de estudos etnográficos relevantes.
Específicos	<ul style="list-style-type: none"> > Estudar os fundamentos da Antropologia clássica e contemporânea. > Investir na análise de conjunturas sócio-culturais locais e regionais para o estudo da Antropologia e do Direito. > Realizar trabalhos de campo a luz da antropologia interpretativa.

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Ao final do semestre letivo o aluno(a) deverá estar apto a interpretar textos do campo das ciências sociais e humanas, com ênfase para a Antropologia Jurídica. Consideraremos competente o aluno(a) que, no decorrer do semestre, tiver a capacidade de ler e interpretar questões substantivas e responder articulada e coerentemente o que se pede. Num âmbito de maior exigência acadêmica esperamos que o aluno(a) reconheça nos pensadores das escolas antropológicas e jurídicas estudados e suas escolas, categorias explicativas fundamentais e contextos históricos de explanação, de modo que possa aplicar os fundamentos dessa disciplina num âmbito de contextos práticos de intervenção.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	Ciência Política e Teoria do Estado; Teoria do Direito; História do Direito; Direito Constitucional; Introdução a Economia; Antropologia Jurídica; Sociologia do Direito; Filosofia do Direito; Direito e Relações Internacionais; Direitos Humanos.
Relação horizontal	Teoria do Direito; História do Direito

VI– CONTEUDO**UNIDADE 1 – O ESTUDO DA ANTROPOLOGIA**

Conceito de Antropologia (Fundamentos; Crítica); Leyes de Las Índias. Querelas acerca do Novo Mundo. Antropologia (Teorias; Métodos). Franz Boas e os primeiros passos da Antropologia Social; O paradigma

funcionalista Malinowskiano; Clifford Geertz e a Etnografia interpretativista.

UNIDADE 2 - ANTROPOLOGIA E DIREITO

O campo etnográfico; O registro etnográfico; O Ponto de Observação; A coleta de dados; o laudo pericial antropológico. Estudos de caso

UNIDADE 3 - TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA JURÍDICA

Antropologia e Direitos Humanos: Estado; Religião; Ritos; Nação; Fronteiras. Antropologia e Marcadores Sociais das Diferenças: Positividade e negatividade dos marcadores sociais de diferença (gênero, etnia, classes); Exercícios e simulações de pesquisa etnográfica de campo.

VII- CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
• 2. Conceito de antropologia	• julho	• aula expositiva	• participação e presença
• 4. Conceito de etnografia	• julho	• aula expositiva	• participação e presença
• 6. Antropologia, alteridade, estranhamento	• agosto	• aula expositiva	• participação e presença
• 8. Antropologia, civilização e barbárie	• agosto	• aula expositiva	• participação e presença
• 10. Antropologia, primitivismo e nativismo	• agosto	• aula expositiva	• participação e presença
• 12. Antropologia, funcionalismo, estruturalismo e interpretacionismo	• agosto	• aula expositiva	• participação e presença
• 14. AV1	• setembro	• avaliação sem consulta	• presença
• 16. O campo etnográfico	• setembro	• aula expositiva	• participação e presença
• 18. O Ponto de Observação e o diário de campo	• setembro	• aula expositiva	• participação e presença
• 20. o laudo pericial antropológico, bases	• setembro	• aula expositiva	• participação e presença
• 22. o laudo pericial antropológico, estudos práticos	• outubro	• aula expositiva	• participação

			e presença
• 24. o laudo pericial antropológico, avaliação	• outubro	• aula expositiva	• participação e presença
• 26. AV2	• outubro	• avaliação individual sem consulta	• presença
• 28. Antropologia e Direitos Humanos: Estado; Religião; Ritos; Nação; Fronteiras	• outubro	• aula expositiva	• participação e presença
• 30. Antropologia e Direitos Humanos: Estado; Religião; Ritos; Nação; Fronteiras	• outubro	• aula expositiva	• participação e presença
• 32. Antropologia e Marcadores Sociais das Diferenças: Positividade e negatividade dos marcadores sociais de diferença (gênero, etnia, classes)	• novembro	• trabalho de campo	• participação e presença
• 34. Antropologia e Direitos Humanos: Estado; Religião; Ritos; Nação; Fronteiras. Antropologia e Marcadores Sociais das Diferenças: Positividade e negatividade dos marcadores sociais de diferença (gênero, etnia, classes)	• novembro	• trabalho de campo	• participação e presença
• 36. Antropologia e Direitos Humanos: Estado; Religião; Ritos; Nação; Fronteiras. Antropologia e Marcadores Sociais das Diferenças: Positividade e negatividade dos marcadores sociais de diferença (gênero, etnia, classes)	• novembro	• trabalho de campo	• participação e presença
• 38. AV3	• novembro	• avaliação em grupo	• participação e presença
• 40. Preparação para Substitutiva e Exame Final	• dezembro	• orientação individual	• participação

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: O principal instrumento de avaliação será a avaliação ordinária sem consulta (AV1, AV2, AV3). Formas auxiliares de avaliação como participação, trabalhos e grupos de estudo não substituirão as três avaliações ordinárias obrigatórias, mas a critério de análise e registro do professor, poderão somar pontos a serem acrescidos numa das três notas referidas
Data de Realização da N1	4/9
Data de Realização da N2	16/10
Data de	27/11

Realização da N3	
Critérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Artigo Art. 81 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	4/12
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	11/12

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • MALINOWSKI, B. Crime e costume na sociedade selvagem. Brasília: Editora da UnB, 2003-2008. • • FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes. 2004-2009. • • GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Zahar. 2001. • •
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005-2009. • • GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989-2008. • • LÉVIS-TRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.(Biblioteca Tempo Universitário, v. 7) • • DWORKIN, Ronald. A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 689 p. (Justiça e Direito). • • ROULAND, Norbert. Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Docente(s): ALEXANDRE VIEIRA

Rodovia SC 401 – Km 10 – Trevo de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis – SC – CEP 88050-001
Tel: (48) 3239-2600
www.cesusc.edu.br





PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Nome	FILOSOFIA DO DIREITO		
Professor(a)	ELTON FOGAÇA DA COSTA		
Código	22	Pré-requisito	
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	80

II– EMENTA

Filosofia e Filosofia do Direito. Contexto histórico da Filosofia do Direito. Filosofia do Direito como Teoria da Justiça, como Ética e como Epistemologia Jurídica. Pensamento clássico e pensamento crítico em Filosofia do Direito. Fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos.

III – OBJETIVOS

Geral	Estimular a reflexão crítica sobre os fundamentos da ordem jurídica contemporânea através dos conceitos básicos da Filosofia do Direito.
Específicos	Estudar as principais escolas filosóficas, situando a Filosofia do Direito no âmbito da Filosofia Geral; Analisar as diferentes concepções filosóficas sobre o fenômeno jurídico e suas conexões históricas; Desenvolver uma reflexão crítica sobre a Filosofia do Direito a partir das noções de conhecimento, ética e justiça; Situar os alunos nas discussões contemporâneas da Filosofia do Direito, examinando suas principais tendências.

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Capacidade de leitura, compreensão e interpretação de textos filosófico-jurídicos;
Habilidades atinentes à reflexão filosófica, em especial o raciocínio lógico, a capacidade de argumentação e o senso crítico;
Capacidade para atuar de forma crítica através da utilização de raciocínio jurídico, argumentação, julgamento e tomada de decisões.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Ambiental, Direito Penal, Direito Processual, Direito do Trabalho, Direito Civil, Direito Empresarial.
Relação horizontal	Ciência Política e Teoria do Estado, Antropologia Jurídica, Sociologia Jurídica, Teoria do Direito, Introdução à Economia, Introdução à Psicologia.

VI– CONTEUDO

1. Filosofia e Filosofia do Direito
 - 1.1. Natureza e essência do pensamento filosófico
 - 1.2. Surgimento da Filosofia do Direito
 - 1.3. Escolas (Jus)Filosóficas
2. Contexto Histórico da Filosofia do Direito
 - 2.1. Filosofia do Direito no contexto do pensamento filosófico
3. Pensamento clássico e pensamento crítico em Filosofia do Direito

- 3.1. A tradição jusnaturalista
- 3.2. As teorias juspositivistas
- 3.3. As concepções críticas
- 4. Tendências contemporâneas da Filosofia do Direito
 - 4.1. Filosofia do Direito como Epistemologia Jurídica
 - 4.2. Filosofia do Direito como Ética
 - 4.3. Filosofia do Direito como Teoria da Justiça
- 5. Perspectivas para a Filosofia do Direito no século XXI
 - 5.1. Fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos

VII- CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> • 1. Filosofia e Filosofia do Direito <ul style="list-style-type: none"> 1.1. Natureza e essência do pensamento filosófico 1.2. Surgimento da Filosofia do Direito 1.3. Escolas (Jus)Filosóficas 	<ul style="list-style-type: none"> • Julho/Agosto 	<ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva. Exibição de filme. Debate em sala de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> • N1
<ul style="list-style-type: none"> • 2. Contexto Histórico da Filosofia do Direito <ul style="list-style-type: none"> 2.1. Filosofia do Direito no contexto do pensamento filosófico 	<ul style="list-style-type: none"> • Agosto/Setembro 	<ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva. Exibição de filme. Debate em sala de aula. Seminário. 	<ul style="list-style-type: none"> • N1
<ul style="list-style-type: none"> • 3. Pensamento clássico e pensamento crítico em Filosofia do Direito <ul style="list-style-type: none"> 3.1. A tradição jusnaturalista 3.2. As teorias juspositivistas 3.3. As concepções críticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Setembro/Outubro 	<ul style="list-style-type: none"> • Método de caso 	<ul style="list-style-type: none"> • N2
<ul style="list-style-type: none"> • 4. Tendências contemporâneas da Filosofia do Direito <ul style="list-style-type: none"> 4.1. Filosofia do Direito como Epistemologia Jurídica 4.2. Filosofia do Direito como Ética 4.3. Filosofia do Direito como Teoria da Justiça 	<ul style="list-style-type: none"> • Outubro/Novembro 	<ul style="list-style-type: none"> • Método de caso. Debate em sala de aula. Estudo dirigido. 	<ul style="list-style-type: none"> • N3
<ul style="list-style-type: none"> • 5. Perspectivas para a Filosofia do Direito no século XXI <ul style="list-style-type: none"> 5.1. Fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Novembro 	<ul style="list-style-type: none"> • Método de caso. Elaboração de fichamento. Debate em sala de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> • N3

VIII - AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: N1 (prova escrita) N2 (método de caso) N3 (prova escrita)
Data de Realização da N1	05/09

Data de Realização da N2	Entrega do relatório parcial: 03/10 Debate em pequenos grupos: 05/10 Debate em grande grupo: 10/10 Entrega do relatório final: 24/10
Data de Realização da N3	23/11
Critérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Artigo Art. 81 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	05/12
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	12/12

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. O que é Justiça: uma abordagem dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982-2004. • • KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000-2003. • • LYRA FILHO, Roberto. O que é direito. São Paulo: Brasiliense, 1990-2012. • • • •
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • KELSEN, Hans. O que é justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 404 p. (Justiça e Direito). • • RAWLS, John. Justiça como equidade: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003. • • WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. • • CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1980-2003. • • KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 1998-2008.

Docente(s): ELTON FOGAÇA DA COSTA

Rodovia SC 401 – Km 10 – Trevo de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis – SC – CEP 88050-001
Tel: (48) 3239-2600
www.cesusc.edu.br

PLANO DE ENSINO**I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

Nome	DIREITO ADMINISTRATIVO I		
Professor(a)	ALEXANDRE MACHADO NAVARRO STOTZ		
Código	24	Pré-requisito	DIREITO CONSTITUCIONAL III
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	80

II– EMENTA

Conceito e princípios do Direito Administrativo. Relação jurídico-administrativa: princípios. Função administrativa: poder de polícia, serviço público e fomento. Intervenção no domínio econômico. Organização administrativa: administração direta e indireta. Administração delegada. Domínio público. Intervenção do Estado na propriedade privada. Teoria geral do ato administrativo.

III – OBJETIVOS

Geral	Proporcionar ao aluno os instrumentos necessários para a incursão nos temas fundamentais do Direito Administrativo, sua gênese, princípios e conceitos, relacionando a disciplina com a Filosofia Política e o Direito Público como um todo, especialmente com o Direito Constitucional.
Específicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proporcionar ao aluno um contato com as discussões mais recentes, os tópicos atuais da matéria. 2. Possibilitar o aprofundamento teórico e prático sobre algumas categorias- chave e questões clássicas deste campo do conhecimento jurídico. 3. Promover o debate das diversas concepções e orientações doutrinárias, num ambiente de liberdade de opinião e pluralismo ideológico. 4. Estimular a leitura de textos atuais e clássicos, a análise e crítica dos mesmos.

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; Julgamento e tomada de decisões.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	Direito Constitucional
Relação horizontal	Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Civil

VI– CONTEUDO**UNIDADE I – O DIREITO ADMINISTRATIVO NO CONTEXTO DO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO**

- 1.1 Administração Pública e Organização Política do Estado
- 1.2 O Estado de Direito e as raízes do Direito Público
- 1.3 O Surgimento do Direito Administrativo e o papel do Contencioso Administrativo
- 1.4 A Administração Pública e formação do Estado brasileiro: o Patrimonialismo
- 1.5 A vinculação da Administração ao Direito Público

UNIDADE II – ATIVIDADES, PRINCÍPIOS E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1.1 Tipologia
- 1.2 Princípios do Direito Administrativo: preponderância e indisponibilidade do interesse público
- 1.3 Princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência; outros princípios
- 1.4 Poder e função no âmbito administrativo

- 1.5 Poderes Administrativos: discricionário; vinculado; regulamentar; normativo; hierárquico; disciplinar
- 1.6 Poder de polícia da administração pública: fundamentos
- 1.7 Polícia administrativa e polícia judiciária: instrumentos de atuação; atributos

UNIDADE III – ATO ADMINISTRATIVO

- 1.1 Noção
- 1.2 Elementos
- 1.3 Perfeição, vigência, validade e eficácia
- 1.4 Classificações
- 1.5 Dimensões
- 1.6 Atributos
- 1.7 Vícios: Convalidação
- 1.8 Desfazimento

UNIDADE IV – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA

- 1.1 A Administração Pública no contexto do Estado e do Governo: tipos e formas de Estado; noção de Administração Pública; noção de governo; formas, sistemas e regimes de governo
- 1.2 Descentralização na Administração Pública: noções, diferenças e tipos de descentralização administrativa; descentralização administrativa e política; noção de desconcentração
- 1.3 Órgãos públicos: classificação dos órgãos públicos
- 1.4 Administração Direta e Indireta: formas de controle sobre a Administração Indireta
- 1.5 Entidades da Administração Indireta: autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista
- 1.6 Entidades Paraestatais

UNIDADE V – SERVIÇO PÚBLICO

- 1.1 Caracterização: princípios diretores, tipologia, modos de prestação
- 1.2 Concessão de serviço público
- 1.3 Permissão de serviço público
- 1.4 Autorização de serviço público
- 1.5 Outros institutos

UNIDADE VI – DOMÍNIO PÚBLICO

- 1.1 Noção
- 1.2 Classificação
- 1.3 Afetação
- 1.4 Regime jurídico
- 1.5 Uso de bens públicos por particulares
- 1.6 Aquisição e alienação de bens públicos

UNIDADE VII – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA E NO DOMÍNIO ECONÔMICO

- 1.1 Noções
- 1.2 Restrições administrativas em geral
- 1.3 Limitação, Servidão, Ocupação Temporária, Requisição e Tombamento
- 1.4 Desapropriação
- 1.5 Intervenção do Estado no domínio econômico

VII– CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
• Apresentação do Plano de Ensino	• 18/02	• Aula expositiva	• Sem Avaliação
• Unidade I	• 19/02	• Aula expositiva	• Será avaliada na N1
• Unidade II	• 26/02 à 11/03	• Aula expositiva	• Será avaliada na N1

• Unidade III	• 12 à 25/03	• Aula expositiva	• Será avaliada na N1
• 1a Avaliação	• 26/03	• Prova objetiva e discursiva	• N1, incluindo as Unidades I, II e III
• Correção e Explicação da 1a Avaliação	• 01/04	• Aula expositiva	• Sem Avaliação
• Unidade IV	• 02 à 16/04	• Aula expositiva	• Será avaliada na N2
• Unidade V	• 22 à 30/04	• Aula expositiva	• Será avaliada na N2
• 2a Avaliação	• 06/05	• Prova objetiva e discursiva	• N2, incluindo as Unidades IV e V
• Correção e Explicação da 2a Avaliação	• 07/05	• Aula expositiva	• Sem Avaliação
• Unidade VI	• 13 à 20/05	• Aula expositiva	• Será avaliada na N3
• Unidade VII	• 21/05 à 03/06	• Aula expositiva	• Será avaliada na N3
• 3a Avaliação	• 04/06	• Prova objetiva e discursiva	• N3, incluindo as Unidades VI e VII
• Correção e Explicação da 3a Avaliação	• 17/06	• Aula expositiva	• Sem Avaliação
• Prova Substitutiva	• 25/06	• Prova objetiva e discursiva	• Prova substitutiva incluindo todas as Unidades
• Correção e Explicação da Prova Substitutiva	• 25/06	• Aula expositiva	• Sem Avaliação
• EXAME	• 01/07	• Prova objetiva e discursiva	• EXAME incluindo todas as Unidades

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: Provas objetivas e/ou discursivas Exercícios com jurisprudências / Estudo de casos
Data de Realização da N1	26 de março
Data de Realização da N2	06 de maio
Data de	04 de junho

Realização da N3	
Critérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Artigo Art. 81 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	25 de junho
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	01 de julho

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 21. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007-2010. • JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008-2010. • MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 12. ed. São Paulo: RT, 2008-2013.
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. • CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Administração Pública democrática e supremacia do interesse público: novo regime jurídico-administrativo e seus princípios constitucionais estruturantes. Curitiba: Juruá, 2015. • DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2007-2008. • FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2007-2010. • MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Docente(s): ALEXANDRE MACHADO NAVARRO STOTZ

Rodovia SC 401 – Km 10 – Trevo de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis – SC – CEP 88050-001
Tel: (48) 3239-2600
www.cesusc.edu.br



PLANO DE ENSINO**I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

Nome	DIREITO ADMINISTRATIVO II		
Professor(a)	CRISTINA MENDES BERTONCINI CORREA		
Código	29	Pré-requisito	DIREITO ADMINISTRATIVO I
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	80

II– EMENTA

Agentes Públicos. Licitações. Contratos administrativos. Responsabilidade extra-contratual do Estado. Controle da Administração pública. Direito Processual Administrativo: conceito e princípios; finalidades, modalidades e fases do processo administrativo.

III – OBJETIVOS

Geral	Compreender o direito administrativo brasileiro, a partir do estudo dos princípios fundamentais, introduzindo o aluno na temática do Novo Direito Administrativo, dotando-o de conceitos básicos para a compreensão do funcionamento da estrutura administrativa nacional, bem como, da legislação em vigor, considerando as necessidades de pacificação social e aplicação do Direito Material.
Específicos	Formar o conhecimento crítico acerca das normas e princípios aplicáveis ao Direito Administrativo Brasileiro para que compreendam a Administração Pública brasileira e os seus mecanismos de licitação e contrato administrativo. Estudar os agentes públicos e suas categorias e a aplicação prática das jurisprudências dos Tribunais Superiores sobre o Assunto. Formar o conhecimento sobre a responsabilidade civil do Estado e controle da Administração Pública Compreender o controle da Administração pública e o direito processual administrativo.

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; - interpretação e aplicação do Direito;- pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;- adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;- julgamento e tomada de decisões.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	Direito Constitucional Direito Processual Civil e Penal Direitos Humanos
Relação horizontal	Direito Processual Civil III Pesquisa e Prática em Direito I

VI– CONTEUDO

UNIDADE I - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 1. Evolução histórica 2. Responsabilidade extracontratual do Estado 3. Responsabilidade objetiva 4. Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade 5. Direito de regresso;

UNIDADE II – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 1. O Controle da Administração Pública. 2.

Controle interno e externo. 3. Controle parlamentar direto. Controle pelo Tribunal de Contas. 4. Controle jurisdicional. 5. Controle pela Sociedade;

UNIDADE III – LICITAÇÃO 1 Regime Jurídico da Licitação: a legislação sobre licitação; os princípios da licitação; pressupostos da licitação; obrigação de licitar 2 O objeto licitável, a Dispensa e a Inexigibilidade de licitação 3 Modalidades de licitação. Registro de Preços 4 Tipos de licitação 5 Etapas internas e externas da licitação; fases da licitação: o edital, a habilitação, o julgamento, homologação e adjudicação 6 Regras especiais para licitações; recursos administrativos; revogação e anulação da licitação;

UNIDADE IV – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 1. O contrato administrativo no direito positivo brasileiro; contrato administrativo e contrato de direito privado. 2 Características do contrato administrativo - as cláusulas exorbitantes 3 Rescisão do contrato administrativo. 4 Modalidades de contratos administrativos e novas figuras contratuais administrativas. 5 Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo - A cláusula rebus sic stantibus - A teoria da Imprevisão - As cláusulas de reajuste de preços

UNIDADE V - AGENTES PÚBLICOS 1. Classificação dos agentes públicos. 2. Regime constitucional dos servidores públicos 3. Regime legal dos servidores públicos 4. Atualidades

UNIDADE VI – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1 Conceito de Processo Administrativo 2 Requisitos 3 Objetivos do Processo Administrativo 4 Espécies 5 Fases 6 Princípios. 7 Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

VII- CRONOGRAMA E METODOLOGIA			
Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
• APRESENTAÇÃO PROFESSORA E DO PLANO DE ENSINO - Início da Unidade 1	• 25/07/2013	• Aula Expositiva Dialogada	• N1
• UNIDADE 1 - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	• 25/07/2013 a 08/08/2013	• Aula Expositiva Dialogada	• N1
• Unidade 2 - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	• 09/08/2013 a 23/08/2013	• Aula Expositiva Dialogada	• N1
• REALIZAÇÃO DA N1	• 23/08/2012 (SEXTA- FEIRA)	• PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA	• N1
• ENTREGA DA PROVA E CORREÇÃO EM SALA DE AULA	• 29/08/2013	• ENTREGA DA PROVA E CORREÇÃO EM SALA COM EXPLICAÇÃO DE CADA QUESTÃO	•
• ATIVIDADE COMPLEMENTAR	• 30/08/2013	• ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA E FECHAMENTO DAS UNIDADES 1 E 2	• N1
• UNIDADE 3 - LICITAÇÃO	• 05/09/2013 A 20/09/2013	• Aula Expositiva Dialogada	• N2
• UNIDADE 4 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	• 26/09/2013 A 10/10/2013	• Aula Expositiva Dialogada	• N2

• REALIZAÇÃO DA N2	• 10/10/2013 (QUINTA-FEIRA)	• PROVA ESCRITA OBJETIVA E SUBJETIVA	• N2
• ATIVIDADE COMPLEMENTAR	• 11/10/2013	• PESQUISA SOBRE AS UNIDADES 3 E 4	• N2
• FECHAMENTO DAS UNIDADES 3 E 4	• 17/10/2013	• ENTREGA DA PROVA E CORREÇÃO EM SALA COM EXPLICAÇÃO DE CADA QUESTÃO	•
• UNIDADE 5 - AGENTES PÚBLICOS	• 18/10/2013 A 01/11/2013	• Aula Expositiva Dialogada	• N3
• UNIDADE 6 - PROCESSO ADMINISTRATIVO	• 07/11/2013 A 29/11/2013	• Aula Expositiva Dialogada	• N3
• SEMANA DE MONOGRAFIA	• 11/11/2013 A 14/11/2013	• ASSISTIR MONOGRAFIAS	• RELATÓRIOS DE MONOGRAFIAS
• REALIZAÇÃO DA N3	• 28/11/2013 (QUINTA-FEIRA)	• PROVA ESCRITA OBJETIVA	• N3
• FECHAMENTO DO CONTEÚDO DA UNIDADE 5 e 6	• 29/11/2013	• DEVOLUÇÃO E CORREÇÃO DA N3 E INFORMAÇÕES SOBRE A PROVA SUBSTITUTIVA E EXAME FINAL	•
• PROVA SUBSTITUTIVA	• 05/12/2013 (QUINTA-FEIRA)	• PROVA SUBSTITUTIVA	•
• EXAME FINAL	• 12/12/2013 (QUINTA-FEIRA)	• EXAME FINAL	•

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	<p>Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: 03 Provas - Discursiva/objetiva;</p> <p>Serão realizadas Atividades Complementares para melhor aprendizagem da disciplina que poderão acarretar acréscimos nas provas;</p>
Data de Realização da N1	23/08/2013 (sexta-feira) - Prova Escrita - discursiva e objetiva
Data de Realização da N2	10/10/2013 (quinta-feira) - Prova Escrita - discursiva e objetiva

Data de Realização da N3	28/11/2013 (quinta-feira) - Prova Escrita - Objetiva
Critérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Artigo Art. 81 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	05/12/2013
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	12/12/2013

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2008-2013. • • DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2008-2011. • • BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2008-2013. • •
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • CORRÊA, Cristina Mendes Bertoncini. Prática administrativa para o exame de ordem. São Paulo: Conceito Editorial, 2011. 176 p. • • JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15. ed. São Paulo : Dialética, 2005-2008. • • CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Administração pública democrática e supremacia do interesse público: novo regime jurídico-administrativo e seus princípios constitucionais estruturantes. Curitiba: Juruá, 2015 (Capítulo 6). • • NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. Curitiba: Zênite, 2008. 632 p. • • ROSILHO, André. Licitação no Brasil. São Paulo: Malheiros Editores, 2013. • •

Docente(s): CRISTINA MENDES BERTONCINI CORREA

Rodovia SC 401 – Km 10 – Trevo de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis – SC – CEP 88050-001
Tel: (48) 3239-2600
www.cesusc.edu.br





Faculdade Cesusc

PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Disciplina	DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS		
Professor(a)	PAULO POTIARA DE ALCANTARA VELOSO		
Código	1031	Pré-requisito	DIREITO CONSTITUCIONAL III
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	80

II– EMENTA

Conceito, antecedentes e evolução das relações internacionais. Sociedade internacional e sociedade global. Atores internacionais: Estados, organismos internacionais, organizações não-governamentais e empresas transnacionais. Pautas e agendas das relações internacionais contemporâneas. Conceito e princípios do Direito Internacional. DI Público e DI Privado. Principais doutrinas do DIP. Sujeitos de DIP. Organizações Internacionais. Normas de DIP. Conflitos de normas no DIP. Responsabilidade internacional. Jurisdição internacional. População e nacionalidade. Imunidades. Proteção diplomática. Condição do estrangeiro. Domínio público internacional. Solução de conflitos.

III – OBJETIVOS

Geral	Desenvolver no acadêmico a capacidade técnica e crítica de observar e analisar a complexidade do horizonte relacional entre o Estados e seus diversos atores, bem como, e principalmente, desenvolver a habilidade de trabalhar com as normas de direito público internacional aproximando-as da realidade teórica e profissional a ser exercida pelo acadêmico.
Específicos	<ul style="list-style-type: none"> . Demonstrar as especificidades das normas de direito internacional público; . Aproximar essa realidade do universo de vida e trabalho do acadêmico; . Desenvolver o espírito crítico e a capacidade de analisar discursos relacionais complexos; . Propiciar ferramentas adequadas para a formação de cidadãos conscientes, participativos e críticos; . Aprofundar a cultura jurídica e geral do acadêmico.

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- .Participações constantes nos debates em sala. Capacidade de argumentar com coerência, clareza e ordenamento;
- .Capacidade de argumentação escrita. Texto claro, coerente, com argumentos cientificamente reconhecidos e ordenados;
- .Relacionar a teoria apresentada em aula com elementos presentes no cotidiano;
- .Relacionar o que está sendo discutido com outras disciplinas do curso;
- .Relacionar os temas discutidos na disciplina como um todo;
- .Capacidade de abstração da teoria apresentada em sala, utilizando- a para análises pessoais; e
- .Capacidade de desenvolver uma percepção do contexto relacional e normativo internacional.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	<ul style="list-style-type: none"> - Direito Ambiental - Direito Tributário
-------------------------	---

	- Direito Penal - Direito Administrativo
Relação horizontal	- Direito Constitucional - Direitos Humanos

VI- CONTEUDO

1. Definição do Direito Internacional: Conceito, Autonomia e interdisciplinaridade
2. Definição do Direito Internacional: O Estado Brasileiro e o Direito Internacional
3. Formação histórica do Ordenamento Jurídico Internacional
4. Características do Ordenamento Jurídico internacional
5. Sujeitos do Direito Internacional: O Estado
6. Sujeitos do Direito Internacional: Organizações Internacionais
7. (Quase) Sujeitos do Direito Internacional: Indivíduos
8. (Não-) Sujeitos do Direito Internacional: Emp. Transnacionais, Sindicatos e ONGs
9. Fontes do Direito Internacional: Costume Internacional, Tratados e Convenções, Princípios Gerais e Soft law
10. Direito Internacional e Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU)
11. Direito Institucional da Organização das Nações Unidas (ONU)
12. Direito Internacional e resolução pacífica de conflitos: aspectos gerais, Arbitragens
13. Direito Internacional e resolução pacífica de conflitos: Tribunal Int. de Justiça
14. Direito Internacional e uso da força na resolução de conflitos internacionais
15. Direito Internacional e Responsabilidade Internacional
16. Direito Internacional Humanitário: Proteção dos Direitos Humanos; Resistência
17. Direito Internacional Penal: TPI, Tribunais ex-Iugoslávia e Ruanda
18. Direito Internacional Econômico: Sistema Financeiro Internacional; Organização Mundial do Comércio (OMC)
19. Processos de Integração Regional

VII- CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
• Apresentação do plano de ensino; Geral: Relações internacionais e direito internacional	• 27/07	•	• N1
• 1. Definição do Direito Internacional: Conceito, Autonomia e interdisciplinaridade 2. Definição do Direito Internacional: O Estado Brasileiro e o Direito Internacional	• 31/07; 03/08 e 07/08	•	•
• 3. Formação histórica do Ordenamento Jurídico Internacional 4. Características do Ordenamento Jurídico internacional	• 10/08; 14/08 e 17/08	•	•
• 5. Sujeitos do Direito Internacional: O Estado	• 21/08;	•	• N1
• 6. Sujeitos do Direito Internacional: Organizações	• 24/08 e 29/08	•	• N1

Internacionais 7. (Quase) Sujeitos do Direito Internacional: Indivíduos 8. (Não-) Sujeitos do Direito Internacional: Emp. Transnacionais, Sindicatos e ONGs			
• 9. Fontes do Direito Internacional: Costume Internacional, Tratados e Convenções, Princípios Gerais e Soft law	• 31/08 e 04/09	•	• N1
• 10. Direito Internacional e Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) 11. Direito Institucional da Organização das Nações Unidas (ONU)	• 11/09	•	• N1
• PROVA ORAL - AVALIAÇÃO N1	• Dias 14 e 18 de setembro - Divisão dos acadêmicos se dará pela lista de presença, sendo que os primeiros 50% ficarão no primeiro dia e os restantes 50% no segundo	•	•
• 12. Direito Internacional e resolução pacífica de conflitos: aspectos gerais, Arbitragens	• 21/09 e 25/09 - Professor de fora	•	• N2
• 13. Direito Internacional e resolução pacífica de conflitos: Tribunal Int. de Justiça	• 28/09 e 02/10	•	• N2
• 14. Direito Internacional e uso da força na resolução de conflitos internacionais	• 05/10 e 09/10	•	• N2
• 15. Direito Internacional e Responsabilidade Internacional	• 16/10	•	•
• 16. Direito Internacional Humanitário: Proteção dos Direitos Humanos; Resistência	• 19/10; 23/10 e 26/10	•	• N2
• 17. Direito Internacional Penal: TPI, Tribunais ex-Iugoslávia e Ruanda	• 30/10 e 6/11	•	• N2
• 18. Direito Internacional Econômico: Sistema Financeiro Internacional; Organização Mundial do Comércio (OMC) 19. Processos de Integração Regional	• 16/11 e 20/11	•	• N2

• Avaliação N2 - Escrita	• 23 de novembro	•	•
• Avaliação N3	• Ocorrerá durante as aulas regulares (35% da nota total) e nos dias 27 de novembro (65% do total).	•	•

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	<p>Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:</p> <p>N1 - avaliação oral efetuada pelos prof. da disciplina, podendo haver a presença de outros professores convidados. A nota será atribuída individualmente por cada avaliador, que poderá efetuar quantas perguntas achar necessárias ao acadêmico examinado, para formar sua convicção. A nota final será obtida com a soma aritmética das notas atribuídas por cada avaliador, dividida pelo número de notas.</p> <p>N2 - Prova objetiva</p> <p>N3 -</p> <p>a) Avaliação Contínua (35% da nota total) - Trabalhos em sala correspondente à apresentação de artigo de jornal, conforme divisão efetuada em sala de aula. A nota será composta por: Envolvimento temático do artigo com a disciplina e qualidade da notícia (50%); capacidade de apresentar os pontos chave (30%); participação qualitativa do aluno nas demais aulas (20%).</p> <p>b) Avaliação pontual (65% da nota total) - A ser definido em sala</p>
Data de Realização da N1	14 e 18 de setembro
Data de Realização da N2	23 de novembro
Data de Realização da N3	<p>De acordo com divisão em sala de aula e da seguinte maneira:</p> <p>a) contínuo - em todas as aulas e representando 35% do total da nota;</p> <p>b) apresentações - 27 de novembro</p>
Critérios para aprovação	<p>Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade Cesusc e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.</p>
Prova Substitutiva	<p>O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Art. 88 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.</p>
Data de Realização da Prova Substitutiva	dia 7 de dezembro, no horário de aula.
Exame Final	<p>Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%).</p> <p>Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida</p>

	por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	14 de dezembro, no horário de aula

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. São Paulo: RT, 2013. • SHAW, Malcolm. Direito Internacional. São Paulo: Martins Fontes, 2010. • ACCIOLY, Hildebrando; SILVA; CASELLA. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2012.
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • BULL, Hedley. A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial. São Paulo: Imprensa Oficial - SP; Brasília: Ed. da UnB, 2002 361 p. • ARAUJO, Nádia de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. • MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. (Vol. 2). • DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria (Org.). Relações internacionais: interdependência e sociedade global. Ijuí: UNIJUI, 2003. 728 p. • VIZENTINI, Paulo G. F. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. • •

Docente(s): PAULO POTIARA DE ALCANTARA VELOSO

FACULDADE CESUSC

Alteração de nomenclatura pela Portaria MEC nº 95, de 30 janeiro de 2015 (DOU 02.02.2015)

Recredenciada pela Portaria MEC nº 736, de 9 de agosto de 2013 (DOU 12.08.2013)

Rodovia José Carlos Daux (SC401), 9310, Km 10 – Santo Antônio de Lisboa – Florianópolis/SC

CEP.: 88050-001 – Fone/Fax: (48) 3239-2600 – www.cesusc.edu.br



			
PLANO DE ENSINO			
I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA			
Nome	INTRODUÇÃO À ECONOMIA		
Professor(a)	AFRÂNIO TADEU BOPPRÉ		
Código	1107	Pré-requisito	
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	40

II– EMENTA

Macro e micro economia. Economia e Economia Política. Raízes e postulados das propostas clássicas, neo-clássicas, marxista e keynesiana. Estado contemporâneo, neoliberalismo, globalização e direitos humanos. Desenvolvimento econômico e o Direito. Análise econômica do Direito. Economia e Direitos Humanos: Economia solidária, cooperativismo e Associativismo.

III – OBJETIVOS

Geral	Apresentar um panorama das correntes mais influentes e suas repercussões no âmbito das ciências econômicas, com ênfase no Direito.
Específicos	1-Oferecer informações teóricas e históricas no campo das ciências econômicas, que lhes propiciem reflexão crítica sobre a realidade sócio- econômico do mundo e do Brasil. 2-Estudar os aspectos econômicos, oferecendo subsídios para análise das atuais mudanças no modo de produção capitalista e seus reflexos econômicos/ sociais, econômicos/ políticos, econômico/ culturais e econômico/ ambientais, objetivando interagir com outras ciências sociais aplicadas, em especial o Direito.

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Desenvolver o hábito da leitura, da pesquisa, da argumentação e fundamentação além de estimular o debate e a oratória.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	
Relação horizontal	

VI– CONTEUDO

PARTE 1- BREVE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ECONOMIA
 1.1. Método e Objeto da Economia
 1.2. Pressupostos da Economia como Ciência: Macro e Microeconomia
 1.3. Breve Retrospectiva História da Evolução da Economia como Ciência
 PARTE 2- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA CLÁSSICA
 2.1. Bases da Teoria do Valor
 2.2. Elementos do Fluxo Renda- Consumo
 2.3. A Teoria da Repartição
 PARTE 3- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA NEO- CLÁSSICA E MICROECONOMIA
 3.1. Bases da Teoria do Valor- Utilidade
 3.2. Microeconomia Básica – Mercado e seus Mecanismos
 3.3. Elementos Comportamentais do Consumidor e do Produtor
 PARTE 4- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA MARXISTA
 4.1. Objeto e Método da Economia Marxista

- 4.2. Modos de Produção e Realidade Econômica
 4.3. Elementos de Estudo de "O Capital": A Mercadoria - Capítulo I
 4.4. A Teoria Marxista das Crises e o contexto do capitalismo atual
PARTE 5- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA KEYNESIANA E MACROECONOMIA
 5.1. Contexto Histórico do Surgimento do Keynesianismo: a Crise de 1929
 5.2. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda
 5.3. Elementos do Equilíbrio Macroeconômico
 5.4. A formação dos Agregados Macroeconômicos
PARTE 6- REFLEXÕES SOBRE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA: Globalização, Neoliberalismo e a Crise do Estado Capitalista.
 6.1. Estado e Economia no Mundo Globalizado
 6.2. Consenso de Washington
 6.3. Crise do Intervencionismo Estatal
 6.4. Crise no Mundo do Trabalho e Desemprego
 6.6. Neoliberalismo, Inserção e Dependência no Brasil Contemporâneo
 6.7. Economia e Meio Ambiente: O paradigma do Desenvolvimento Sustentável
PARTE 7 – ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO
 7.1. Desenvolvimento Econômico e Direito
 7.2. Aspectos Econômicos da Cripto- Economia – Prostituição, Drogadição e Violência.
 7.3. Teoria Econômica do Delito e da Penalização
 7.4. Teoria Econômica dos Ilícitos e do processo legal
 7.5. Teoria Econômica da Responsabilidade Civil
 7.6. Análise Econômica do Direito

VII– CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> PARTE 1- BREVE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ECONOMIA Apresentação do Programa e Plano de Ensino da Disciplina 1.1. Método e Objeto da Economia 1.2. Pressupostos da Economia como Ciência : Macro e Microeconomia 1.3. Breve Retrospectiva História da Evolução da Economia como Ciência 	<ul style="list-style-type: none"> Aula 1: 27 de fevereiro Aula 2: 05 de março Aula 3: 12 de março Total de Aulas : 06 hs/ aula 	<ul style="list-style-type: none"> Leitura prévia de textos apontados, aulas expositivas e dialogadas; Data- show Debate sobre textos com leitura prévia indicativa. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: I. Desempenho nas avaliações, trabalhos escritos; II. Participação nos seminários e nas aulas em geral. Obs.: Não serão aceitos trabalhos fora do prazo estabelecido. Entregas fora do prazo somente através do cumprimento do Regimento Geral da Faculdade para justificativas de faltas e deferimento do Professor da disciplina. 1.2. COMPOSIÇÃO DA MÉDIA SEMESTRAL N1 = Avaliação Escrita 1 N2 = Avaliação Escrita 2 N3 = Avaliação Escrita 3 Média Semestral = $(N1 + N2 + N3)/3 \geq 6,0$ (seis) Critérios Básicos Prova N1 escrita e individual versando sobre os temas básicos da Introdução ao Estudo da Economia contendo questões dissertativas visando a operacionalização dos conceitos fundamentais. 27 de abril Critérios Básico
<ul style="list-style-type: none"> PARTE 2- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA CLÁSSICA 	<ul style="list-style-type: none"> Aula 4: 19 de março Aula 5: 26 de março 	<ul style="list-style-type: none"> idem 	<ul style="list-style-type: none">
		<ul style="list-style-type: none"> idem 	

• PARTE 3- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA NEO- CLÁSSICA E MICROECONOMIA	• Aula 6: 02 de abril Aula 7: 09 de Abril		• Prova N1 dia 09 de abril escrita e individual versando sobre os temas básicos contendo questões dissertativas visando a operacionalização dos conceitos fundamentais. Critérios Básico
• PARTE 4- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA MARXISTA	• Aula 8: 16 de abril Aula 9: 23 de abril Aula 10: 30 de abril Aula 11: 07 de maio	• idem	•
• PARTE 5- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA KEYNESIANA E MACROECONOMIA	• Aula 12: 14 de maio Aula 13: 21 de maio Aula 14: 28 de maio	•	• Prova N2 dia 21 de maio escrita e individual versando sobre os temas básicos previstos nas Partes 6 e 7 contendo questões dissertativas visando a operacionalização dos conceitos fundamentais. Critérios Básicos.
• PARTE 6 - ECONOMIA CONTEMPORÂNEA Globalização, Neoliberalismo e a Crise do Estado Capitalista	• Aula 15: 04 de junho Aula 16: 11 de junho Aula 17: 18 de junho	•	• Prova N3 dia 11 de junho
• PARTE 7 - ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	• Aula 18: 25 de junho Aula 19: 02 de julho Aula 20: 09 de julho	•	• Prova Substitutiva Exame Final

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: Prova N1, N2 e N3. Participação em sala de aula.
Data de Realização da N1	dia 09 de abril

Data de Realização da N2	dia 21 de maio
Data de Realização da N3	11 de Junho
Critérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Artigo Art. 81 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	02 de julho
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	09 de julho

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • CARNEIRO, Ricardo (Org.). HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 2005-2013. • • ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 1985-2013. • • PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). Manual de economia: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1988-2011. •
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Unesp, 1996-2003. • • MARX, Karl. O Capital: Livro I. São Paulo: Difel, 1982-2005. (Vols 1) • • SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Nova Cultural, 2008. • • PAULANI, Leda. Brasil Delivery. São Paulo: Boitempo 2008. • • SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001-2010.

Docente(s): AFRÂNIO TADEU BOPPRÉ

Rodovia SC 401 – Km 10 – Trevo de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis – SC – CEP 88050-001
Tel: (48) 3239-2600
www.cesusc.edu.br



Faculdade Cesusc

PLANO DE ENSINO**I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

Disciplina	ÉTICA PROFISSIONAL		
Professor(a)	ANDRE RODRIGUES DE OLIVEIRA		
Código	1127	Pré-requisito	FILOSOFIA DO DIREITO
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	40

II– EMENTA

Ética no mundo contemporâneo. Liberdade, consciência e responsabilidade. Ética e Direito. Profissões jurídicas e seus campos de atuação. Regramento jurídico das principais profissões jurídicas. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas.

III – OBJETIVOS

Geral	Fomentar a crítica precedente à ação na vida acadêmica e profissional. Preparar o posicionamento crítico e ético na vida profissional. Compreender o vir-a-ser das crenças e valores que movem a sociedade contemporânea.
Específicos	Possibilitar o exercício ético das profissões jurídicas. Informar acerca da existência e conteúdo de padrões de comportamento profissional positivado. Preparar para o exercício pleno da cidadania ética, livre e responsável.

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Proporcionar ao acadêmico a percepção e desenvolvimento do senso ético, bem como a compreensão adequada dos conceitos e elementos que constituem a disciplina. Promover a emancipação de valores e virtudes. Facilitar a compreensão ética e o posicionamento crítico perante as diversas situações que envolvem as principais profissões jurídica, sempre com olhos no bem estar geral e pessoal.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	Direito Constitucional Interpretação e Aplicação Filosofia do Direito
Relação horizontal	Direito Penal Direito Civil Direito Processual Direito Administrativo

VI– CONTEUDO

UNIDADE I – ÉTICA GERAL

- 1.A Ética e a Moral.
2. A Liberdade.
3. A Responsabilidade.
4. A Consciência Ética.
- 5.A Ética Clássica.
- 6.A Ética Cristã.
- 7.A Ética Moderna.

8.A Ética Contemporânea.**UNIDADE II – ÉTICA E DIREITO**

- 1.Ética e Direito.
- 2.Direito e Dever.
- 3.Lei Natural e Lei Positiva.

UNIDADE III – ÉTICA PROFISSIONAL E LEGISLAÇÃO

- 1.Ética e Profissão.
- 2.Deveres Profissionais.
- 3.Código de Ética da Advocacia.
- 4.Código de Ética da Magistratura.
- 5.Código de Ética do Ministério Público.
- 6.Casos práticos para estudo e análise.

VII– CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> • UNIDADE I – ÉTICA GERAL 1.A Ética e a Moral. 2. A Liberdade. 3. A Responsabilidade. 4. A Consciência Ética. 5.A Ética Clássica. 6.A Ética Cristã. 7.A Ética Moderna. 8.A Ética Contemporânea. 	<ul style="list-style-type: none"> • agosto e setembro 	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas, pesquisas, seminários e debates 	<ul style="list-style-type: none"> • N1
<ul style="list-style-type: none"> • UNIDADE II – ÉTICA E DIREITO 1.Ética e Direito. 2.Direito e Dever. 3.Lei Natural e Lei Positiva. 	<ul style="list-style-type: none"> • setembro e outubro 	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas, pesquisas, seminários e debates 	<ul style="list-style-type: none"> • N2
<ul style="list-style-type: none"> • UNIDADE III – ÉTICA PROFISSIONAL E LEGISLAÇÃO 1.Ética e Profissão. 2.Deveres Profissionais. 3.Código de Ética da Advocacia. 4.Código de Ética da Magistratura. 5.Código de Ética do Ministério Público. 6.Casos práticos para estudo e análise. 	<ul style="list-style-type: none"> • outubro e novembro 	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas, pesquisas, seminários e debates 	<ul style="list-style-type: none"> • N3

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: Avaliação escrita, trabalhos, seminários e debates.
Data de Realização da N1	08/09/2015
Data de Realização da N2	20/10/2015

Data de Realização da N3	24/11/2015
Critérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade Cesusc e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Art. 88 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	08/12/2015
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	15/12/2015

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • BITTAR, C.B.Eduardo. Curso de Ética Jurídica. 5.d. São Paulo: Saraiva, 2007. • • NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011-2004. • • SINGER, Peter. Ética Prática. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. • •
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • ADEODATO, João Maurício. Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. • • ARISTÓTELES. Ética a nicomaco. São Paulo: Martin Claret, 2002-2001. • • FERRAZ, Sérgio; MACHADO, Alberto de Paula (Coord.). Ética na advocacia. Brasília: OAB, 2004. 413 p. (Vol. 2) • • BARONI, Robison. Cartilha de ética profissional do advogado. 4. ed. São Paulo: LTr, 2001. 375 p. • • VALLS, Álvaro L. M. O que é ética. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 82 p., 16 x 12 cm. (Primeiros Passos; v. 177).

Docente(s): ANDRE RODRIGUES DE OLIVEIRA

FACULDADE CESUSC

Alteração de nomenclatura pela Portaria MEC nº 95, de 30 janeiro de 2015 (DOU 02.02.2015)

Recredenciada pela Portaria MEC nº 736, de 9 de agosto de 2013 (DOU 12.08.2013)

Rodovia José Carlos Daux (SC401), 9310, Km 10 – Santo Antônio de Lisboa – Florianópolis/SC

CEP.: 88050-001 – Fone/Fax: (48) 3239-2600 – www.cesusc.edu.br



PLANO DE ENSINO**I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

Nome	INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA		
Professor(a)	ALMIR PEDRO SAIS		
Código	1110	Pré-requisito	
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	40

II– EMENTA

Psicologia e Direito: definições e conceitos básicos. Psicologia geral para operadores do direito. Saúde mental e doenças mentais significativas para o âmbito do direito. Psicologia Jurídica e seus desdobramentos

III – OBJETIVOS

Geral	Possibilitar ao aluno o conhecimento geral da Psicologia, seus conceitos básicos e fornecer subsídios para a compreensão do comportamento humano necessário à prática jurídica.
Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar uma visão geral da Psicologia e seus conceitos básicos; - Situar as relações entre aspectos psicológicos e o direito; - Caracterizar conceito de Saúde Mental e relacionar com a prática jurídica; - Analisar aspectos psíquicos do sujeito humano e estabelecer relação com o Direito; - Compreender a visão da Psicologia Jurídica.

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

-Integrar conhecimentos da psicologia aos conhecimentos jurídicos.
 -Compreender as demandas do sistema jurídico em relação a conhecimentos da psicologia.
 -Caracterizar as principais situações e os atores envolvidos na prática do direito

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	
Relação horizontal	

VI– CONTEUDO

Unidade I: Psicologia e Direito: definições e conceitos básicos.

- Conceitos básicos da psicologia;
- Processos Psíquicos;
- Personalidade e seus transtornos;

Unidade II: Psicologia geral para operadores do direito. Saúde mental e doenças mentais significativas para o âmbito do direito.

- Do Direito à Psicologia ou da Psicologia ao Direito;
- Saúde Mental e doenças mentais;
- Síndrome de Alienação Parental e o abuso de direito;

- Síndrome de falsas memórias;
- Síndrome de Munchausen;
- Síndrome de Estocolmo;
- Síndrome do Imperador.

Unidade III: Psicologia Jurídica e seus desdobramentos.

- Conceitos básicos da Psicologia Jurídica: psicologia aplicada à justiça;
- Psicologia, violência e organização prisional;
- Violência Psicológica contra crianças e idosos;
- Avaliação Psicológica em processos judiciais;
- Psicologia e Direito de família.

VII- CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade I: Psicologia e Direito: definições e conceitos básicos. - Conceitos básicos da psicologia; - Processos Psíquicos; - Personalidade e seus transtornos; <p>Unidade II: Psicologia geral para operadores do direito. Saúde mental e doenças mentais significativas para o âmbito do direito.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Do Direito à Psicologia ou da Psicologia ao Direito; - Saúde Mental e doenças mentais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas: 1,2,3,4,5,6,7 <p>Julho, agosto e setembro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva e dialogada; Estudo de textos 	<ul style="list-style-type: none"> • N1 - Prova individual
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade II: Psicologia geral para operadores do direito. Saúde mental e doenças mentais significativas para o âmbito do direito. - Síndrome de Alienação Parental e o abuso de direito; - Síndrome de falsas memórias; - Síndrome de Munchausen; - Síndrome de Estocolmo; - Síndrome do Imperador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas: 9,10,11,12,13 <p>setembro e outubro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva e dialogada; Estudo de textos 	<ul style="list-style-type: none"> • N2 - Prova individual
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade III: Psicologia Jurídica e seus desdobramentos. - Conceitos básicos da Psicologia Jurídica: psicologia aplicada à justiça; - Psicologia, violência e organização prisional; - Violência Psicológica contra crianças e idosos; - Avaliação Psicológica em processos judiciais; - Psicologia e Direito de família. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas: 15, 16,17,18 <p>outubro e novembro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva e dialogada; Estudo de textos 	<ul style="list-style-type: none"> • N2 - Prova individual

VIII - AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	<p>Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:</p> <p>Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: Prova individual escrita sem consulta</p>
Data de	11-09-13

Realização da N1	
Data de Realização da N2	23-10-13
Data de Realização da N3	27-11-13
Critérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Artigo Art. 81 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	04-12-13
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	11-12-13

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 368. p. • TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 6 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. 751p. • GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org.). Psicologia Jurídica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2010-2011. 343 p.
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • ATKINSON, Richard C. et al; Introdução à psicologia de Hilgard. 13. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002. 790 p. • MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni; FIORELLI, Jose Osmir. Psicologia Jurídica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. • MIRA Y LÓPEZ, Emilio. Manual de psicologia jurídica. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1967. 386 p. • SILVA, Denise Maria Perissini da. Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância. Rio de Janeiro: Forense, 2009. 430 p. • CRUZ, Roberto Moraes; MACIEL, Saidy Karolin; RAMIREZ, Dario Cunha (Org.). O trabalho do psicólogo no campo jurídico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 271 p.

Docente(s): ALMIR PEDRO SAIS

Rodovia SC 401 – Km 10 – Trevo de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis – SC – CEP 88050-001
Tel: (48) 3239-2600
www.cesusc.edu.br



PLANO DE ENSINO**I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

Nome	INTRODUÇÃO À ECONOMIA		
Professor(a)	AFRÂNIO TADEU BOPPRÉ		
Código	1107	Pré-requisito	
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	40

II– EMENTA

Macro e micro economia. Economia e Economia Política. Raízes e postulados das propostas clássicas, neo-clássicas, marxista e keynesiana. Estado contemporâneo, neoliberalismo, globalização e direitos humanos. Desenvolvimento econômico e o Direito. Análise econômica do Direito. Economia e Direitos Humanos: Economia solidária, cooperativismo e Associativismo.

III – OBJETIVOS

Geral	Apresentar panorama das correntes mais influentes e suas repercussões no âmbito das ciências econômicas, com ênfase no Direito.
Específicos	<p>* Oferecer informações teóricas e históricas no campo das ciências econômicas, que lhes propiciem reflexão crítica sobre a realidade sócio- econômico do mundo e do Brasil.</p> <p>•* Estudar os aspectos econômicos, oferecendo subsídios para análise das atuais mudanças no modo de produção capitalista e seus reflexos econômicos/ sociais, econômicos/ políticos, econômico/ culturais e econômico/ ambientais, objetivando interagir com outras ciências sociais aplicadas, em especial o Direito.</p>

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Desenvolver o hábito da leitura, da pesquisa, da argumentação e fundamentação além de estimular o debate e a oratória.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	
Relação horizontal	

VI– CONTEUDO**PARTE 1- BREVE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ECONOMIA**

- 1.1. Método e Objeto da Economia
- 1.2. Pressupostos da Economia como Ciência: Macro e Microeconomia
- 1.3. Breve Retrospectiva História da Evolução da Economia como Ciência

PARTE 2- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA CLÁSSICA

- 2.1. Bases da Teoria do Valor
- 2.2. Elementos do Fluxo Renda- Consumo
- 2.3. A Teoria da Repartição

PARTE 3- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA NEO- CLÁSSICA E MICROECONOMIA

- 3.1. Bases da Teoria do Valor- Utilidade
- 3.2. Microeconomia Básica – Mercado e seus Mecanismos
- 3.3. Elementos Comportamentais do Consumidor e do Produtor

PARTE 4- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA MARXISTA

- 4.1. Objeto e Método da Economia Marxista
- 4.2. Modos de Produção e Realidade Econômica

- 4.3. Elementos de Estudo de "O Capital": A Mercadoria - Capítulo I
- 4.4. A Teoria Marxista das Crises e o contexto do capitalismo atual
- PARTE 5- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA KEYNESIANA E MACROECONOMIA
- 5.1. Contexto Histórico do Surgimento do Keynesianismo: a Crise de 1929
- 5.2. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda
- 5.3. Elementos do Equilíbrio Macroeconômico
- 5.4. A formação dos Agregados Macroeconômicos
- PARTE 6- REFLEXÕES SOBRE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA: Globalização, Neoliberalismo e a Crise do Estado Capitalista.
- 6.1. Estado e Economia no Mundo Globalizado
- 6.2. Consenso de Washington
- 6.3. Crise do Intervencionismo Estatal
- 6.4. Crise no Mundo do Trabalho e Desemprego
- 6.6. Neoliberalismo, Inserção e Dependência no Brasil Contemporâneo
- 6.7. Economia e Meio Ambiente: O paradigma do Desenvolvimento Sustentável
- PARTE 7 – ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO
- 7.1. Desenvolvimento Econômico e Direito
- 7.2. Aspectos Econômicos da Cripto- Economia – Prostituição, Drogadição e Violência.
- 7.3. Teoria Econômica do Delito e da Penalização
- 7.4. Teoria Econômica dos Ilícitos e do processo legal
- 7.5. Teoria Econômica da Responsabilidade Civil
- 7.6. Análise Econômica do Direito

VII– CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> PARTE 1- BREVE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ECONOMIA 1.1. Método e Objeto da Economia 1.2. Pressupostos da Economia como Ciência: Macro e Microeconomia 1.3. Breve Retrospectiva História da Evolução da Economia como Ciência 	<ul style="list-style-type: none"> Aula 1: 14 de fevereiro Aula 2: 21 de fevereiro Aula 3: 28 de fevereiro Total de Aulas : 06 hs/ aula 	<ul style="list-style-type: none"> • • Leitura prévia de textos apontados, aulas expositivas e dialogadas; Data- show Debate sobre textos com leitura prévia indicativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • • Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: I. Desempenho nas avaliações, trabalhos escritos; II. Participação nos seminários e nas aulas em geral. Obs.: Não serão aceitos trabalhos fora do prazo estabelecido. Entregas fora do prazo somente através do cumprimento do Regimento Geral da Faculdade para justificativas de faltas e deferimento do Professor da disciplina. 1.2. COMPOSIÇÃO DA MÉDIA SEMESTRAL N1 = Avaliação Escrita 1 N2 = Avaliação Escrita 2 N3 = Avaliação Escrita 3 Média Semestral = $(N1 + N2 + N3)/3 \geq 6,0$ (seis) Critérios Básicos Prova N1 escrita e individual versando sobre os temas básicos da Introdução ao Estudo da Economia contendo questões dissertativas visando a operacionalização dos conceitos fundamentais. 27 de abril Critérios Básico
<ul style="list-style-type: none"> PARTE 2- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA CLÁSSICA 	<ul style="list-style-type: none"> • • Aula 4: 07 de março Aula 5: 14 de março Total de Aulas : 	<ul style="list-style-type: none"> • • Leitura prévia de textos apontados, aulas expositivas e dialogadas; Data- show Debate sobre textos com 	<ul style="list-style-type: none"> •

	04 hs/ aula	leitura prévia indicativa.	
<ul style="list-style-type: none"> • PARTE 3- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA NEO- CLÁSSICA E MICROECONOMIA 	<ul style="list-style-type: none"> • Aula 6: 21 de março • Aula 7: 28 de março • Total de Aulas : 04 hs/ aula 	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura prévia de textos apontados, aulas expositivas e dialogadas; Data- show Debate sobre textos com leitura prévia indicativa. 	<ul style="list-style-type: none"> •
<ul style="list-style-type: none"> • PARTE 4- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA MARXISTA 	<ul style="list-style-type: none"> • Aula 8: 04 de abril • Aula 9: 11 de abril (PROVA N1) • Aula 10: 18 de abril • Aula 11: 25 de abril • Total de Aulas : 08 hs/ aula 	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura prévia de textos apontados, aulas expositivas e dialogadas; Data- show Debate sobre textos com leitura prévia indicativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prova N1 escrita e individual versando sobre os temas básicos apresentados contendo questões dissertativas visando a operacionalização dos conceitos fundamentais. Critérios Básicos
<ul style="list-style-type: none"> • PARTE 5- PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA ECONOMIA KEYNESIANA E MACROECONOMIA 	<ul style="list-style-type: none"> • Aula 12: 02 de maio • Aula 13: 09 de maio • Aula 14: 20 de maio • Total de Aulas: 06 horas/ aula 	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura prévia de textos apontados, aulas expositivas e dialogadas; Data- show Debate sobre textos com leitura prévia indicativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prova N2 escrita e individual versando sobre os temas básicos apresentados contendo questões dissertativas visando a operacionalização dos conceitos fundamentais. Critérios Básicos
<ul style="list-style-type: none"> • PARTE 6 - ECONOMIA CONTEMPORÂNEA Globalização, Neoliberalismo e a Crise 	<ul style="list-style-type: none"> • Aula 15: 16 de maio • Aula 16: 	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura prévia de textos apontados, aulas 	<ul style="list-style-type: none"> • Prova N3 escrita e individual versando sobre os temas básicos apresentados contendo questões dissertativas visando a operacionalização dos conceitos fundamentais. Critérios Básicos.

do Estado Capitalista	23 de maio Aula 17: 30 de maio Total de Aulas: 06 horas/ aulas	expositivas e dialogadas; Data- show Debate sobre textos com leitura prévia indicativa.	
• • PARTE 7 – ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	• • Aula 18: 06 de junho Aula 19: 13 de julho Aula 20: 20 de Junho Total de Aulas: 6 horas/ aula	• • Leitura prévia de textos apontados, aulas expositivas e dialogadas; Data- show Debate sobre textos com leitura prévia indicativa.	• • PROVA SUBSTITUTIVA EXAME FINAL para acadêmicos que não atingiram média 6,0 (Seis).

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação

Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:
Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:
I. Desempenho nas avaliações e trabalhos escritos;
II. Participação nas aulas em geral.
Obs.: Não serão aceitos trabalhos fora do prazo estabelecido.
Entregas fora do prazo somente através do cumprimento do Regimento Geral da Faculdade para justificativas de faltas e deferimento do Professor da disciplina.
1.2. COMPOSIÇÃO DA MÉDIA SEMESTRAL
N1 = Avaliação Escrita 1
N2 = Avaliação Escrita 2
N3 = Avaliação Escrita 3
Média Semestral = $(N1 + N2 + N3)/3 \geq 6,0$ (seis)
Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que:
(a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou nota igual ou superior a 6,0 (seis) no exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
O aluno que não comparecer à prova, por motivo justificado devidamente comprovado, pode requerer a realização de prova substitutiva, sendo o deferimento e a definição da data de sua realização de competência da Coordenação do Curso.
O Aluno que não comparecer às avaliações (N1, N2 ou ambas) fará prova substitutiva única (2ª chamada) sobre todo conteúdo programático do semestre. A data será definida pelo professor da Disciplina.
Conforme Resolução do CONSU 11/2007

	<p>O acadêmico que não atingir a média 6,0 (seis) nas avaliações regulares da disciplina possui direito de realizar exame, para recuperação da sua nota final, desde que cumpridos os seguintes requisitos: (a) possuir a frequência mínima de 75% no semestre; e (b) possuir média mínima 4,0 (três) nas avaliações regulares.</p> <p>Obs.: Exame Final exigirá o conteúdo de todas as avaliações previstas no presente plano de ensino.</p> <p>Data Prevista para Realização: Período Matutino: 9:00 às 11:30 horas Período Noturno: 19:00 às 21:30 horas</p>
Data de Realização da N1	18 de abril
Data de Realização da N2	23 de maio
Data de Realização da N3	20 de junho
Crítérios para aprovação	<p>Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.</p>
Prova Substitutiva	<p>O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Artigo Art. 81 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.</p>
Data de Realização da Prova Substitutiva	No período estabelecido pelo CESUSC e combinado em sala de aula com os acadêmicos
Exame Final	<p>Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%).</p> <p>Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.</p>
Data de Realização do Exame Final	No período estabelecido pelo CESUSC e combinado em sala de aula com os acadêmicos

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • CARNEIRO, Ricardo (Org.). HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 2005-2013. • ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 1985-2013. • PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). Manual de economia: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1988-2011.
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Unesp, 1996-2003. • MARX, Karl. O Capital: Livro I. São Paulo: Difel, 1982-2005. (Vols 1)

-
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 2008.
- PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo 2008.
-
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001-2010.

Docente(s): AFRÂNIO TADEU BOPPRÉ

Rodovia SC 401 – Km 10 – Trevo de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis – SC – CEP 88050-001
Tel: (48) 3239-2600
www.cesusc.edu.br



PLANO DE ENSINO**I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

Nome	MEDIACÃO, CONCILIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO		
Professor(a)	ADEMAR POZZATTI JUNIOR		
Código	1114	Pré-requisito	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	40

II– EMENTA

Teoria geral e formas de jurisconstrução. Conciliação e mediação no direito brasileiro. Teoria geral da arbitragem. Arbitragem no direito brasileiro. Arbitragem internacional. Conceitos e princípios da negociação. Aspectos sociais, políticos e econômicos da negociação. Relações interpessoais e inter-organizacionais. Negociação como atividade cotidiana. Táticas e estratégias de negociação. Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Papel e ética do negociador. Teoria da decisão. Profissões jurídicas, negociação e decisão.

III – OBJETIVOS

Geral	a) Diagnosticar a crise do sistema judiciário. b) Pesquisar as formas alternativas ao Poder Judiciário, na resolução de litígios quer no âmbito interno, quer na cena internacional. c) Entender as diversas formas extrajudiciais de tratamento de controvérsias – negociação, conciliação, mediação e arbitragem e entender as características próprias de cada uma.
Específicos	a) Capacitar o estudante a compreender o direito dentro das formas de resolução de controvérsias; b) Construir o conhecimento da crise do judiciário; c) Utilizar os conhecimentos adquiridos no trabalho da disciplina para construir estratégias de resolução de controvérsias cotidianas; d) Buscar soluções adequadas para atender aos casos que se apresentam na realidade social.

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- a) Entender o papel das formas alternativas de tratamento de controvérsias em tempo de crise do judiciário,
 b) Técnicas de Negociação e conciliação,
 c) Operar a arbitragem, conforme a lei brasileira e a legislação internacional.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	Teoria Geral do Processo, Processo Civil, Direito Internacional
Relação horizontal	Teoria do Direito, Filosofia do Direito, Sociologia

VI– CONTEUDO

Teoria geral e formas de jurisconstrução.
 Conciliação e mediação no direito brasileiro.
 Teoria geral da arbitragem.
 Arbitragem no direito brasileiro.
 Arbitragem internacional.
 Conceitos e princípios da negociação.
 Aspectos sociais, políticos e econômicos da negociação.

Relações interpessoais e inter-organizacionais.
 Negociação como atividade cotidiana.
 Táticas e estratégias de negociação.
 Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação.
 Papel e ética do negociador.
 Teoria da decisão.
 Profissões jurídicas, negociação e decisão.

VII- CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
• Apresentação da disciplina. Discussão sobre o conteúdo programático, os objetivos, os métodos e as avaliações. Divisão dos seminários.	• Julho	• Aula expositiva e dialogada.	• Prova.
• A crise da justiça. O estado da questão no judiciário brasileiro. Pareceres do CNJ. Documentário: Justiça (Dir. Maria Augusta Moreira). Debate. Discussão.	• Agosto	• Aula expositiva e dialogada.	• Prova.
• Documentário: Justiça (Dir. Maria Augusta Moreira). Debate. Discussão. O movimento de acesso à justiça. A doutrina de Mauro Capelletti. Apresentação do PAC. Debate sobre as causas da litigiosidade.	• Setembro	• Documentário. Debates.	• Prova.
• Formas de resolução de controvérsias alternativas ao judiciário. Mediação e conciliação.	• Outubro	• Aula expositiva e dialogada.	• Prova.
• Apresentação dos seminários do livro Teoria del Conflicto. Apresentação dos seminários do livro Como chegar ao sim.	• Novembro	• Seminários. Debates.	• Seminários.
• Arbitragem. Noções gerais. Lei 9.307/96. Dos árbitros. Da sentença arbitral. Arbitragem Internacional. Convenção de Nova York.	• Dezembro	• Aula expositiva e dialogada.	• Prova.

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: N1: A avaliação será composta por uma prova com questões discursivas no dia 30/08/2012. N2: A avaliação será composta por uma prova com questões discursivas no dia 22/11/2012. N3: Apresentação de seminários previamente agendados.
Data de Realização da N1	N1: A avaliação será composta por uma prova com questões discursivas no dia 30/08/2012.
Data de Realização da N2	N2: A avaliação será composta por uma prova com questões discursivas no dia 22/11/2012.
Data de Realização da N3	N3: Apresentação de seminários previamente agendados.
Crêterios para	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de

aprovação	Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Artigo Art. 81 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	06/12/2012
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	13/12/2012

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> FISHER, Roger. URY, William; PATTON, Bruce. Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões. Tradução de Vera Ribeiro, Ana Luiza Borges. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005. 214 p. (Logoteca) GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano (Coord.). Mediação e gerenciamento do processo: resolução na prestação jurisdicional. Guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação. São Paulo: Atlas, 2008-2013. 162 p. GARTH, Bryant G.; CAPPELLETTI, Mauro. Acesso à justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. 168 p.
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> BARRAL, Welber de Oliveira. A arbitragem e seus mitos. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2000. MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. 256 p. MARTINELLI, Dante P.; VENTURA, Carla A. A.; MACHADO, Juliano R. Negociação internacional. São Paulo: Atlas, 2008. 240 p. CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário à Lei n. 9,307/96. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 455 p. WARAT, Luis Alberto. O Ofício de mediador. Florianópolis: Habitus, 2001. 278 p. (vol. 1)

Docente(s): ADEMAR POZZATTI JUNIOR

Rodovia SC 401 – Km 10 – Trevo de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis – SC – CEP 88050-001
Tel: (48) 3239-2600
www.cesusc.edu.br



**Faculdade Cesusc**

Rod. SC 401, KM 10 – Santo Antônio de Lisboa – Fone: 48 3239-2600
88050-001 – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

Faculdade Cesusc**PLANO DE ENSINO****I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

Disciplina	METODOLOGIA DA PESQUISA		
Curso	DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO		
Ano de Início	2018	Nº Horas/Aula	10
Dias e Horários	Dias 19 e 20 de julho de 2019. Sexta-feira das 19h00 às 23h00; Sábado das 08h00 às 11h00 e das 11h30 às 14h30.		
Professor	GEYSON GONÇALVES DA SILVA		
Email	goncalves.geyson@gmail.com		

II – EMENTA

Trabalho científico. Instrumentos de investigação. Escolha do tema. Elaboração do plano. Texto definitivo. Apresentação gráfica e sustentação da monografia.

III – OBJETIVOS

Geral	Estudar os conteúdos e desenvolver as competências necessárias à efetivação de uma pesquisa na área, bem como realizar uma análise crítica da fundamentação teórico-epistemológica da produção do conhecimento e sua relação com a pesquisa e o ensino.
Específicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar a relação entre pesquisa, produção de conhecimento e educação. 2. Compreender, de forma crítica, o funcionamento da pesquisa na área do Direito. 3. Estudar as principais formas de registro de informações e de trabalhos acadêmicos, bem como as normas técnicas da ABNT aplicáveis. 4. Trabalhar os conteúdos teóricos e técnicos necessários ao planejamento, execução, redação e apresentação de uma pesquisa. 5. Desenvolver as competências e habilidades necessárias ao planejamento, execução, redação e apresentação de uma pesquisa.

IV – CONTEÚDO**1 PESQUISA, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

- 1.1 Pesquisa e produção de conhecimento
- 1.2 Pesquisa profissional x pesquisa acadêmica
- 1.3 Pesquisa na legislação educacional relativa ao ensino superior
- 1.4 Objeto, objetivos, métodos e demais especificidades da pesquisa em Direito

2. ARTIGOS CIENTÍFICOS E TRABALHOS ACADÊMICOS.

- 2.1 Artigos científicos.
- 2.2 Trabalhos acadêmicos.

3 NORMAS DA ABNT.**4 ESCOLHA DO TEMA E PLANEJAMENTO DA PESQUISA.**

- 4.1 Etapas do processo de planejamento e efetivação da pesquisa.
- 4.2 Escolha e delimitação do tema.
- 4.3 Escolha e papel do orientador.
- 4.4 Elaboração do projeto de pesquisa.

5 EFETIVAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DA PESQUISA ACADÊMICA.

- 5.2 Pesquisa bibliográfica e documental.
- 5.3 Registro de informações.

V – BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia Jurídica. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. • PEREIRA, José Matias. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2016. • BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
---------------	--

VI – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> A avaliação é realizada mediante os seguintes instrumentos: - Trabalho de Pré-projeto.
Critérios para aprovação	<p>O comparecimento às aulas e demais atividades do Curso (permitido apenas aos discentes regularmente matriculados) é obrigatório, devendo ser respeitada a frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina ministrada.</p> <p>Será considerado reprovado na disciplina o discente que não obtiver frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades programadas, independentemente do seu desempenho acadêmico.</p> <p>Não há abono de faltas.</p> <p>A frequência às aulas e as notas serão devidamente registradas no sistema acadêmico on-line. Em caso de erro material no registro, o discente poderá requerer revisão junto à Coordenação Geral de Pós-Graduação, no prazo máximo de 3 (três) dias, a partir da publicação e mediante justificativa comprovada.</p> <p>O Regime Especial de frequência somente será permitido nos casos expressamente autorizados na legislação em vigência, conforme procedimento fixado em Portaria específica da Faculdade Cesusc. A solicitação deverá ser mediante requerimento on-line no prazo de até 3 (três) dias úteis da data de ocorrência do fato.</p> <p>O pedido de compensação de ausência poderá ser indeferido pelo Coordenador Geral de Pós-graduação, sempre que exista a possibilidade de prejuízo da aprendizagem do aluno.</p> <p>A forma da compensação da ausência, uma vez tenha sua justificativa aceita, será determinada pela Coordenação Geral de Pós-graduação.</p>

VII- CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
• Unidades 1 e 2	• 19/07/2019	• Aula expositiva e dialogada	• Apresentação do pré-projeto
• Unidades 2 e 3	• 20/07/2019	• Aula expositiva e dialogada / Oficina de elaboração	• Apresentação do pré-projeto
• Unidade 4	• 20/07/2019	• Oficina de elaboração	• Apresentação do pré-projeto

VIII – OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES**FACULDADE CESUSC**

Alteração de nomenclatura pela Portaria MEC nº 95, de 30 janeiro de 2015 (DOU 02.02.2015)

Recredenciada pela Portaria MEC nº 736, de 9 de agosto de 2013 (DOU 12.08.2013)

Rodovia José Carlos Daux (SC401), 9310, Km 10 – Santo Antônio de Lisboa – Florianópolis/SC

CEP.: 88050-001 – Fone/Fax: (48) 3239-2600 – www.cesusc.edu.br



			
PLANO DE ENSINO			
I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA			
Nome	PROJETO DE PESQUISA EM DIREITO		
Professor(a)	PAULO POTIARA DE ALCANTARA VELOSO		
Código	1065	Pré-requisito	
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	40

II– EMENTA

Pesquisa em Direito: características, espécies, métodos, técnicas e procedimentos. Elaboração de projetos de pesquisa e de extensão: estrutura e conteúdo. Etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações, redação do relatório. Relatórios de pesquisa e de extensão jurídicas e suas especificidades. Monografia e artigo científico.

III – OBJETIVOS

Geral	Fornecer noções básicas sobre a fundamentação teórico- epistemológica da produção do conhecimento e sua relação com a pesquisa e trabalhar os conhecimentos e habilidades necessários à elaboração de um projeto de pesquisa e sua posterior operacionalização.
Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a forma de produção do conhecimento na área do direito e sua cientificidade; - Estudar a relação entre a pesquisa e a Universidade, em especial na área do direito; - Trabalhar os conhecimentos teóricos e técnicos e desenvolver as habilidades necessárias à elaboração de um projeto de pesquisa; Trabalhar os conhecimentos teóricos e técnicos e desenvolver as habilidades necessárias à efetivação da pesquisa proposta; - Trabalhar os conhecimentos teóricos e desenvolver as habilidades necessárias à redação do relatório da pesquisa desenvolvida (em forma de monografia e de artigo científico).

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Analisar o direito a partir de um contexto crítico, redigir e defender perante banca examinadora um trabalho científico de natureza monográfica.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	Todas as disciplinas do curso
Relação horizontal	Todas as disciplinas do curso

VI– CONTEUDO

- 1 TRABALHOS CIENTÍFICOS
 - 1.1 Monografia
 - 1.2 Dissertação
 - 1.3 Tese
 - 1.4 Artigo
 - 1.5 Ensaio

2 O PROJETO DE PESQUISA

2.1 A estrutura do projeto

2.1.1 Tema

2.1.2 Delimitação do tema

2.1.3 Formulação do problema

2.1.4 Hipóteses

2.1.5 Variáveis

2.1.6 Justificativa

2.1.7 Objetivos

2.1.8 Embasamento teórico

2.1.9 Metodologia

2.1.9.1 Método científico

2.1.9.2 Classificação dos métodos científicos: de abordagem e de procedimento

2.1.9.3 Métodos de abordagem

2.1.9.4 Método indutivo

2.1.9.5 Método dedutivo

2.1.9.6 Método hipotético- dedutivo

2.1.9.7 Método dialético

2.1.9.8 Métodos de procedimento ou secundários

2.1.9.9 Método experimental

2.1.9.10 Método estatístico

2.1.9.11 Método histórico

2.1.9.12 Método comparativo

2.1.10 Técnicas de Pesquisa

2.1.10.1 Documentação indireta

2.1.10.2 Pesquisa bibliográfica

2.1.10.3 Pesquisa documental

2.1.10.4 Documentação direta

2.1.10.5 Pesquisa de campo

2.1.10.6 Pesquisa de laboratório

2.1.10.7 Entrevista

2.1.10.8 Questionário

2.1.10.9 Formulário

2.1.11 Estrutura provisória da monografia

2.1.12 Cronograma de atividades

2.1.13 Referências

3 ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA

3.1 Leitura

3.1.1 Tipos de Leitura

3.2 Fichamento

3.3 Redação

3.4 Técnicas de redação

3.5 Argumentação jurídica

4 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA

4.1 Elementos pré- textuais

4.1.1 Capa

4.1.2 Folha de Rosto

4.1.3 Errata

4.1.4 Folha de Aprovação

4.1.5 Dedicatória

4.1.6 Agradecimento

4.1.7 Epígrafe

4.1.8 Resumo

4.1.9 Lista de Ilustrações

4.1.10 Sumário

4.2 Elementos textuais

4.2.1 Introdução

4.2.2 Desenvolvimento

4.2.3 Conclusão

4.2.4 Citações

4.2.5 Notas de referência e de rodapé

- 4.3 Elementos pós- textuais
- 4.3.1 Referências bibliográficas
- 4.3.2 Glossário
- 4.3.3 Apêndice
- 4.3.4 Anexos
- 4.3.5 Índice

VII– CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
• Unidades 1 e 2	• Fevereiro e Março	• Aulas prático-expositivas e correção de exercícios. Monitorias dirigidas ao projeto.	• Entrega de projeto de pesquisa e avaliações consecutivas
• Unidades 3 e 4	• Março	• Aulas prático-expositivas e correção de exercícios. Monitorias dirigidas ao projeto.	• Entrega de projeto de pesquisa e avaliações consecutivas

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação

Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:

Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante uma única avaliação, consolidada a partir dos seguintes critérios parciais de avaliação:

1) PROJETO FINAL (6,0 Pontos)

A avaliação será fundamentada na entrega de projeto de pesquisa completo, em dia pré-estabelecido neste plano de ensino, elaborado individualmente por cada aluno.

2) VERSÃO PARCIAL (4,0 Pontos)

Consiste na apresentação do projeto de pesquisa para uma banca avaliadora. Neste processo, o aluno deverá apresentar o projeto de pesquisa e seus itens. Essa apresentação será avaliada em quesitos oportunamente disponibilizados aos acadêmicos, sendo a nota final indicada pela média das notas atribuídas pelos avaliadores.

IMPORTANTE -> Acadêmicos que não enviarem o projeto e a apresentação (caso opte por fazê-la em meio eletrônico) até 02 (dois) dias antes da data definida para sua avaliação, não poderão apresentar o pré-projeto e terão imediatamente atribuída nota mínima.

3) NOTA FINAL DA DISCIPLINA:

nota versão parcial + nota da versão final = nota da disciplina

* esta nota será replicada três vezes, entre N1, N2 e N3.

4) Instruções para a ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO PROJETO

i. Data limite para a entrega - dia 20 de junho

ii. O projeto deve ser entregue até a data limite acima indicada. Não haverá nenhuma possibilidade de entrega posterior, portanto, procure realizá-la antes da data limite, para assim evitar qualquer ocorrência.

iii. O projeto deve ser entregue de acordo com as normativas de estrutura e conteúdo apresentados em sala, na forma estabelecida no modelo de projeto anexado no sistema acadêmico, "material de apoio". Não serão avaliados projetos

	<p>que não estejam dentro dos padrões estabelecidos.</p> <p>iv. O projeto final deverá ser entregue impresso, sem encadernação. Não serão consideradas entregas feitas por outros meios, a não ser em caráter excepcional, após acordo entre o acadêmico e o professor.</p> <p>v. Será disponibilizado, oportunamente, o guia de correção com os critérios e pontuações a serem utilizados.</p> <p>vi. Respeite os prazos estabelecidos neste plano de ensino e em sala de aula. A perda de prazo é motivo para consideração de nota mínima na atividade proposta.</p> <p>vii. Após a entrega do projeto final, para os acadêmicos aprovados na disciplina, será estabelecida data de depósito do mesmo, junto à secretaria acadêmica.</p> <p>viii. IMPORTANTE - A Entrega da versão final do projeto, na data estabelecida neste plano de ensino, constitui momento terminativo para a avaliação e atribuição de nota. Não haverá, em hipótese alguma, possibilidade de entrega de novo projeto ou correção do mesmo, que consista em nova atribuição de notas.</p>
Data de Realização da N1	Dia 13 de Junho
Data de Realização da N2	Dia 13 de Junho
Data de Realização da N3	Dia 13 de Junho
Critérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Artigo Art. 81 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	De acordo com o Regulamento do Núcleo de TCC não há prova substitutiva nesta disciplina.
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	De acordo com o Regulamento do Núcleo de TCC não há exame final nesta disciplina.

IX- BIBLIOGRAFIA

- | | |
|---------------|---|
| Básica | <ul style="list-style-type: none"> ECO, Umberto. Como se Faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2000-2002. |
|---------------|---|

- BARRAL, Welber. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Complementar

- BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para cursos de Direito. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DEMO, Pedro. **Introdução a Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1987.
- FIGUEIREDO, Antonio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como Elaborar Projetos, Monografias, Dissertações e Teses**: da redação científica à apresentação do texto final. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010-2012.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimento básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos 6. ed. São Paulo: Atlas, 1992-2001.

Docente(s): PAULO POTIARA DE ALCANTARA VELOSO

Rodovia SC 401 – Km 10 – Trevo de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis – SC – CEP 88050-001
Tel: (48) 3239-2600
www.cesusc.edu.br



			
PLANO DE ENSINO			
I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA			
Nome	SOCIOLOGIA DO DIREITO		
Professor(a)	SERGIO ROBERTO LEMA		
Código	11	Pré-requisito	
Curso	DIREITO	Nº Horas/Aula	80

II– EMENTA

Sociologia e Sociologia do Direito. Contexto histórico da Sociologia do Direito. Quadros teóricos referenciais para o estudo da relação Direito / Sociedade. Abordagens durkheimiana, weberiana, marxista e sistêmica. Sociologia dos sistema judiciário. Violência: Controle social e Direitos Humanos. Ordem e conflito: Movimentos Sociais e Cidadania.

III – OBJETIVOS

Geral	Concretizar um espaço de interação para a apropriação crítica do conhecimento historicamente acumulado na área do saber sociológico acerca do fenômeno jurídico, numa perspectiva interdisciplinar norteada pelo critério da unidade entre a teoria e a prática.
Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a especificidade epistemológica da Sociologia do Direito, no contexto do processo histórico de contradições sociais, como uma área de conhecimento da Sociologia Geral caracterizada pela interdisciplinaridade do seu objeto de estudo. - Dominar os conceitos propostos, de autores clássicos e contemporâneos da Sociologia do Direito, enquanto base indispensável para análise e produção de texto acerca do fenômeno jurídico como fato social concreto. - Aplicar as categorias dos autores estudados no entendimento da conjuntura jurídico - política em que se dinamiza a relação Direito / Sociedade. - Realizar pesquisa empírica na área objeto de estudo da Sociologia do Direito.

IV– COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- interpretação e aplicação do Direito;
- pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- julgamento e tomada de decisões.

V– RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

Relação vertical	Direito Civil; Direito Processual Civil; Direito Penal; Direito Processual Penal; Direito Administrativo; Direito Empresarial; Direito Individual do Trabalho; Direito Coletivo do Trabalho; Direito Processual do Trabalho; Juizados Especiais; Direito Tributário; Direito da Infância e da Juventude; Direito Ambiental; Direito do Consumidor; Mediação e Arbitragem.
Relação	Teoria do Direito; História do Direito; Sociologia Geral; Filosofia do Direito;

horizontal

Metodologia Científica; Ciência Política e Teoria do Estado; Antropologia Jurídica; Direito Constitucional; Direito Civil; Economia Política; Teoria Geral do Processo; Hermenêutica Jurídica; Relações Internacionais.

VI- CONTEUDO**1 MATRIZ HISTÓRICA E EPISTEMOLÓGICA DA SOCIOLOGIA DO DIREITO.**

- 1.1 O contexto histórico-social da Sociologia do Direito no Brasil:
- 1.2 A Sociologia do Direito no Brasil até o início da década de 90.
- 1.3 A crise das profissões jurídicas e do ensino do Direito.
- 1.4 A Sociologia do Direito dentro e fora das academias.
- 1.5 A Portaria 1886/94 MEC e o ensino da Sociologia do Direito no século XXI.
- 1.6 Objeto e função da Sociologia Jurídica.
- 1.7 Relação com a Sociologia e a Antropologia, a redefinição da Ciência do Direito.
- 1.8 Sociologia Jurídica e Sociologia Jurídica Alternativa.

2 AS TEORIAS DOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA DO DIREITO.

- 2.1 A Sociologia funcionalista de Émile Durkheim:
 - 2.1.1 Divisão do trabalho social e direito.
 - 2.1.2 Função e divisão do trabalho.
 - 2.1.3 Função e integração social.
 - 2.1.4 Função e solidariedade social.
 - 2.1.5 Solidariedade mecânica e orgânica.
 - 2.1.6 Solidariedades e regras jurídicas repressivas e restitutivas.
- 2.2 A Sociologia compreensiva Max Weber
 - 2.2.1 Os tipos de ação social
 - 2.2.2 Legitimidade da dominação: fundamentos
 - 2.2.3 Tipos puros de dominação:
 - 2.2.3.1. Dominação legal.
 - 2.2.3.2 Dominação tradicional.
 - 2.2.3.3 Dominação carismática.
 - 2.2.4 A ciência e a política como vocações.
 - 2.2.5 Ordem jurídica e ordem econômica.
 - 2.2.6 Racionalização formal e material do direito.
 - 2.2.7 O direito moderno.
- 2.3 A Sociologia do Direito de Georges Gurvitch:
 - 2.3.1 A idéia de direito social.
 - 2.3.2 Espécies de direito social.
- 2.4 A Sociologia do Direito de Eugen Ehrlich:
 - 2.4.1 Fundamentos do direito vivo.
 - 2.4.2 A pesquisa no direito vivo.

3 KARL MARX, AS TEORIAS MARXISTAS E O DIREITO.

- 3.1 Karl Marx: o direito como fenômeno histórico concreto da dialética da justiça no marco da luta de classes. A afirmação e a negação do Direito: possibilidades e impasses para uma superação dialética.
- 3.2 Marx e os Direitos Humanos.
- 3.3 Vigência e dificuldades da teoria de Marx para entender o Direito.

4 A TEORIA SISTÊMICA NO DIREITO

- 4.1 Niklas Luhmann: a sociedade como sistema social.
- 4.2 O Direito como generalização congruente de expectativas normativas.

5 O MOVIMENTO DIREITO ALTERNATIVO (MDA)

- 5.1 Definição do "Direito Alternativo"
- 5.2 Surgimento e especificidade do MDA em relação às "Teorias Críticas do Direito" e ao "Uso Alternativo do Direito" dos países centrais.
- 5.3 Pluralismo jurídico e movimentos sociais:
- 5.4 Racionalidade emancipatória e ética comunitária.
- 5.5 Movimentos sociais como novos sujeitos coletivos de Direito.
- 5.6 Razão e racionalidade jurídica:
- 5.7 Direito e hegemonia:

- 5.7.1 Gramsci e o Direito.
- 5.7.2 Guerra de posição e novas juridicidades.
- 5.8 Direito Alternativo: balanço e perspectivas.
- 5.9 O Direito Alternativo na jurisprudência.

6 SOCIOLOGIA DO SISTEMA JUDICIÁRIO

- 6.1 Condições sociais e teóricas da sociologia dos tribunais.
- 6.2 A contribuição da Antropologia e da Etnografia jurídicas na pesquisa sociológica do Direito.
- 6.3 Temas da sociologia dos tribunais:
 - 6.3.1 O acesso à justiça.
 - 6.3.2 A administração de justiça enquanto instituição política e profissional.
 - 6.3.3 Os conflitos sociais e os mecanismos da sua resolução.
 - 6.3.4 A ciência empírica na prática forense brasileira.
 - 6.3.5 Inovações institucionais e organizacionais para a democratização do Poder Judiciário brasileiro.

VII– CRONOGRAMA E METODOLOGIA

Conteúdo/Atividade	Período	Metodologia	Avaliação
• Unidades 1 e 2	• Fevereiro a Abril de 2012	• Aulas expositivas dialogadas; exercícios em sala de aula com elaboração de texto e debate.	• Prova escrita (N1)
• Unidades 3, 4, 5, e 6	• Abril a Junho de 2012	• Aulas expositivas dialogadas; exercícios em sala de aula com elaboração de texto e debate; apresentação de relatório de pesquisa e apresentação de seminário.	• Prova escrita (N2) e entrega de relatório de pesquisa de acordo com as normas da ABNT e apresentação de seminário (N3)

VIII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação	Avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos: - Duas provas escritas (N1 e N2) - Entrega de trabalho escrito (relatório de pesquisa de acordo com as normas da ABNT) e apresentação de seminário, sendo que todos os integrantes das equipes devem obrigatoriamente participar da apresentação (A N3 é composta 50% pela qualidade, profundidade e metodologia do trabalho escrito e 50% pela demonstração de domínio de conteúdo durante a apresentação oral do seminário).
Data de Realização da N1	12/04/2012
Data de Realização da N2	14/06/2012
Data de Realização da N3	10/05; 14/05; 17/05; 21/05; 24/05; 28/05; 31/05 e 04/06/2012
Crítérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento da Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e a legislação federal em vigor, apenas obtém aprovação o aluno que: (a) obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações regulares ou média final igual ou superior a 5,0 (cinco) após exame final da disciplina; e (b)

	comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas na disciplina.
Prova Substitutiva	O aluno que não comparecer à prova N1 ou N2 pode realizar prova substitutiva conforme regulamento do curso. A prova substitutiva terá teor de dificuldade maior que a prova regular. Conforme o Artigo Art. 81 § 1º do Regimento, em caso do aluno não ter realizado mais de uma das avaliações programadas para a disciplina, a nota da avaliação substitutiva será duplicada.
Data de Realização da Prova Substitutiva	02/07/2012
Exame Final	Os alunos que obtiverem nota média parcial inferior a seis (6,0) e igual ou superior a quatro (4,0) terão direito a realizar o exame final, caso tenham frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%). Os alunos que se encontrarem na situação do parágrafo anterior, terão a nota obtida no exame final somada à sua nota média parcial e, posteriormente, dividida por dois (2). O resultado dessa equação será a média final, que deverá ser igual ou superior a cinco (5,0); caso contrário, o aluno será reprovado na disciplina.
Data de Realização do Exame Final	09/07/2012

IX- BIBLIOGRAFIA

Básica	<ul style="list-style-type: none"> • ANDRADE, Lédio Rosa de. O que é direito alternativo? Florianópolis: Habitus, 1998-2001. • FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso Fernandes. A sociologia jurídica no Brasil. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991. • SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim. Sociologia e direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica. São Paulo: Pioneira, 2001-2005.
Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • ARRUDA Jr., Edmundo Lima de. Introdução à sociologia jurídica alternativa: ensaios sobre o direito numa sociedade de classes. São Paulo: Acadêmica, 1993. • _____. Direito alternativo e contingência. Florianópolis: CESUSC, 2007. • MORAIS, José Luis Bolzan de. A idéia de direito social: o pluralismo jurídico de Georges Gurvitch. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. • SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995-2003. • _____. Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez, 2008.

Docente(s): SERGIO ROBERTO LEMA

Rodovia SC 401 – Km 10 – Trevo de Santo Antônio de Lisboa
 Florianópolis – SC – CEP 88050-001
 Tel: (48) 3239-2600
www.cesusc.edu.br

